

**Fotografia colonial ao serviço  
da ordem racial:  
o caso alemão na África de Sudoeste  
(1884-1939)**

**Colonial photography at the  
service of racial order:  
the German experience in South West  
Africa (1884-1939)**

Naiara Krachenski<sup>1</sup>

Recebido em 17/08/2023

Aprovado em 05/02/2024

## Resumo

A fotografia em contexto colonial se mostra hoje como uma fonte importante e complexa para a historiografia dos impérios contemporâneos. Mesmo o breve imperialismo alemão utilizou-se largamente do aparato fotográfico para registrar as mais diversas cenas e gentes coloniais, assim como a partir de tal material fizeram-se inúmeros usos em diferentes suportes materiais. A partir do arquivo fotográfico da Sociedade Colonial Alemã, pretende-se aqui desenvolver uma análise sobre fotografias coloniais, buscando inseri-las no amplo contexto do desenvolvimento da política imperialista e do racismo enquanto um discurso pretensamente científico. Para tanto, partiremos de um mesmo espaço geográfico em dois momentos distintos: em primeiro lugar, discutiremos acerca do papel da visualidade sobre o Outro como um elemento partícipe do empreendimento colonial; num segundo momento, pensaremos sobre a permanência da ideologia racalista no antigo território colonial alemão da África de Sudoeste, a partir de registros fotográficos e atividades dos colonos alemães vinculados ao Partido Nazista neste espaço africano.

**Palavras-chave:** colonialismo; racismo; fotografia; imperialismo alemão; nazismo.

## Abstract

The photography in colonial context shows itself today as an important and complex source for the historiography of contemporary empires. Even the brief German imperialism has used the photographic apparatus to register the most diverse scenes and colonial peoples, as well as from such material many uses were made in different material supports. From the photographic archive of the German Colonial Society, we aim here to develop an analysis

about the colonial photographs, seeking to place them in the broad context of the development of the imperialistic politics and the racial 'sciences'. For that purpose, we will analyse one geographical space at two distinct moments: firstly, we will discuss the role of visibility of the Other as an important element in the colonial enterprise; in a second moment, we will think about the permanence of the racial ideology in the former German colonial territory of South-West Africa, based on photographic records and activities of German settlers linked to the Nazi Party in this African space.

**Key words:** colonialism; racism; photography; german imperialism; nazism.

## Colonialismo, fotografia e a construção do racismo

Desde há algumas décadas, a fotografia em contexto colonial vem sendo explorada pela historiografia como uma importante fonte de investigação para os estudos dos impérios. Devido à grande produção de fotografias durante os anos de colonialismo europeu em África, os historiadores podem hoje contar com uma vastidão documental de inúmeros tipos para o trabalho com a visualidade colonial, sejam imagens que foram veiculadas como propagandas em revistas ilustradas ou cartazes das sociedades geográficas, sejam fotografias de missionários, exploradores, agentes coloniais, médicos ou colonos em territórios ultramarinos. As análises sobre o arquivo visual dos colonialismos europeus detiveram-se longamente nos aspectos instrumentais das imagens coloniais, atentando-se para os usos que elas tiveram no estabelecimento do poder imperial (Hight; Sampson, 2004; Ryan, 2014). Contudo, mais recentemente, a historiografia tem dado atenção também às ambiguidades, às incertezas e às variações de significados que tais imagens assumiram (e continuam a assumir) no intrincado processo de produção, circulação e recepção das imagens coloniais por diferentes sujeitos e em diferentes temporalidades (Costa, 2020; Natermann, 2023).

A fotografia, em particular, foi um meio privilegiado de registro e distribuição de um novo mundo que dava-se a ver através desta nova tecnologia. É comum aceitarmos o fato de que o desenvolvimento dos impérios coloniais contemporâneos se deu concomitantemente ao desenvolvimento das técnicas fotográficas. De fato, uma das razões pelas quais a fotografia foi amplamente utilizada pelos agentes imperiais dos países colonizadores foi o fato de se depositar no documento fotográfico a impressão de verdade absoluta, imparcial e neutra da realidade ali retratada. O uso “científico” da fotografia foi o que possibilitou o avanço de conhecimentos ligados à geografia, à etnologia e à antropologia na segunda metade do século XIX. Conforme apontou James Ryan, na “melhor” das hipóteses as fotografias, entendidas enquanto reproduções perfeitas do real, eram tentativas de registrar encontros com o exótico para o público ocidental; na “pior” das hipóteses, contudo, estas mesmas fotografias foram muitas vezes utilizadas como provas incontestes da propalada inferioridade dos povos colonizados e ajudavam a legitimar a ideia da existência de “raças” inferiores e “raças” superiores que orientou largamente a prática política colonial (Ryan, 2014,

p. 35). Na mesma linha de Ryan, Eleanor Hight e Gary Sampson apontam para o fato de que os fotógrafos atuantes em contexto colonial, fossem eles profissionais ou amadores, elaboraram marcadores visíveis de diferenciação racial que, ao longo da diacronia histórica, estabeleceram um consenso sobre os sujeitos colonizados (Hight; Sampson, 2004, p. 3)

Partindo da análise que conjuga o processo histórico do colonialismo com o processo histórico dos avanços tecnológicos, pretendemos aqui elaborar esta discussão em um contexto ainda mais amplo: aquele que conjuga tais processos históricos ao desenvolvimento do racismo, ou seja, a ideologia que trouxe em seu cerne a elaboração “científica” do racismo. Nesse sentido, neste artigo propomos analisar tal contexto sob a ótica do estudo de caso do imperialismo alemão, que nos parece singularmente sintomático a este respeito. Propomos, então, uma análise em dois tempos: primeiramente, discutiremos acerca do papel da visualidade sobre o Outro como um elemento partícipe do empreendimento colonial. Em um segundo momento, pensaremos sobre a permanência da ideologia racista no antigo território colonial alemão da África de Sudoeste, a partir de registros fotográficos e atividades dos colonos alemães vinculados ao Partido Nazista neste espaço africano<sup>2</sup>. A proposta da análise insere-se em uma historiografia internacional importante que tem nas imagens coloniais produzidas por alemães seu objeto de estudos fundamental. No entanto, diferentemente do incontornável trabalho de Patricia Hayes – que busca compreender a natureza da visualidade colonial alemã em relação à visualidade colonial britânica (Hayes; Silvester; Hartmann, 2001) –, e à perspectiva de Jens Jaeger – que mostra como a fotografia colonial alemã mobilizou o conceito de Heimat para forjar uma identidade colonial (Jaeger, 2009) –, aqui pretendemos trabalhar com a fotografia colonial alemã como um dispositivo marcador das propaladas “diferenças raciais” entre as gentes da metrópole e os habitantes das colônias.

### **A classificação do Outro pelas lentes da Sociedade Colonial Alemã**

O documento fotográfico assumiu importantes funções repressivas e ordenadoras dentro dos estados modernos e também nos espaços coloniais. Com o objetivo de “normalização” da sociedade, a fotografia foi muito utilizada como um instrumento de vigilância, identificação, criminalização, tipologização e patologização (Hayes;

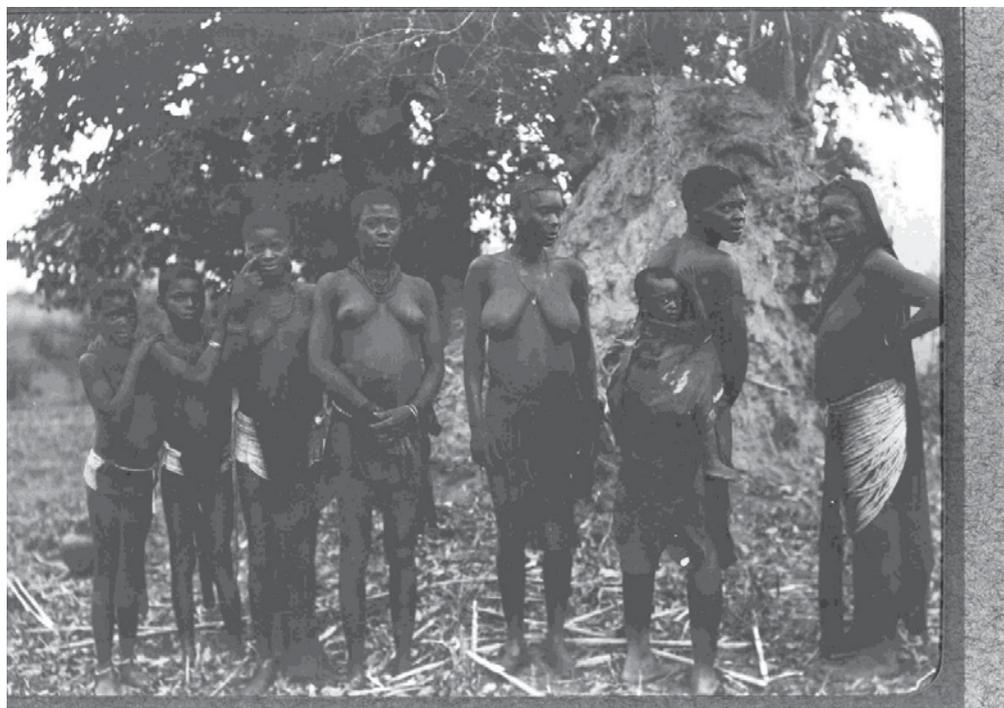
Silvester; Hartmann, 2001, p. 10). Se voltarmos às realidades dos grandes espaços urbanos europeus do século XIX, perceberemos os modos pelos quais os discursos que primavam pela organização racional da sociedade instituíram novas práticas nos processos de vigilância da população urbana, não só entre os setores médios e altos mas, sobretudo, entre as camadas empobrecidas dessas sociedades que eram lidas neste contexto como classes de pessoas potencialmente perigosas e altamente inflamáveis para processos de revoltas sociais. Desenvolveram-se então técnicas de identificação dos cidadãos que tinham na fotografia um aliado de grande valor. Junto a esse processo de identificação, ocorreu também um processo de criminalização desta população marginalizada e instituíram-se os “tipos sociais”, com direito a descrições físicas e comportamentais sobre os indivíduos considerados normais e aqueles considerados desviantes (Bresciani, 2013). Para o caso dos sujeitos colonizados, já na sua essência estabelecida pelo olhar estereotipado ocidental como populações potencialmente perigosas, o documento fotográfico assumiu ainda uma outra função, ou seja, as fotografias das pessoas no contexto colonial não serviam somente para fins de identificação e vigilância, mas também e, sobretudo, tinham finalidades etnográficas e antropológicas. Esses sujeitos, portanto, tornavam-se efetivamente objetos de estudo para o olhar ocidentalizado e transformavam-se em coletividades que representavam grupos genéricos com características minuciosamente descritas, mas não se tornavam necessariamente cidadãos portadores de direitos (Hayes; Silvester; Hartmann, 2002, p. 120).

Sobre a questão da classificação racial assumida pela fotografia no contexto colonial é oportuno lembrar de Frantz Fanon quando ele afirma que a configuração colonialista é composta, em seu núcleo duro, por três elementos: em primeiro lugar, há a existência do racismo sistemático que rege todas as relações entre colonizador e colonizado e estrutura, assim, uma sociedade altamente hierarquizada sob a égide racial; em segundo lugar, há o processo de desumanização racional dos sujeitos colonizados, justamente o que permite que as estruturas do Estado de Direito não se apliquem no ambiente colonial; e, finalmente, a existência cotidiana do que Fanon chamou de dominação policial, ou seja, o uso da violência como linguagem mediadora entre o colonizador e o colonizado (Fanon, 1980). A dominação policial de que fala Fanon também pode ser pensada como elemento estruturante da visualidade colonial. De fato, conforme afirmou Jacques Rancière, a ordem policial não designa somente o instrumento do Estado dedicado à repressão, mas também se refere a uma ordenação da

sociedade em que “cada parte é compelida a mater-se fiel ao seu lugar, à sua função e à sua identidade” (Rancière, 2011, p. 7) que implica também em uma certa distribuição do visível e em um determinado regime de interpretação.

Partindo da ideia da violência também como um componente presente na configuração de uma estética colonial, ou melhor, de uma estética da colonização, podemos começar a compreender como as fotografias dos africanos produzidas pela Sociedade Colonial Alemã<sup>3</sup> produziram e sustentaram todo um aparato que garantia o modo pelo qual os colonizados deveriam ser observados e apreendidos pelo imaginário colonial. Nesse contexto, fotografar os africanos ia mais além do que inclui-los em uma esfera da curiosidade humana pelo diferente, mas passava a defini-los enquanto puros objetos dentro de uma ordenação social idealizada. De fato, o contato entre o continente africano e o europeu se estabeleceu de formas plurais que foram desde relações pessoais, relações de trabalho e de controle policial, até um âmbito virtual, no qual a imagem entrou em cena e ajudou a criar, estabelecer e reproduzir estereótipos e modos de visualizar determinados grupos sociais (Schweitzer, 2016, p. 33).

**Figura 1** - Habitantes da África de Sudoeste Alemã



**Fonte:** Goethe Universität (2018, n. 071-2999-072).

A figura acima exemplifica uma das maneiras mais utilizada pelos fotógrafos da Sociedade Colonial Alemã para representar grupos de povos locais das colônias. Este modelo de fotografia apresenta uma vontade de retratar a “verdadeira África”, ou melhor, “os verdadeiros africanos” conforme estes eram entendidos pela construção discursiva ocidental. De um modo geral, a câmera do fotógrafo busca capturar aqueles estereótipos que já eram lugares-comuns ao se pensar em colônias africanas: seres humanos semi-nus e com acessórios tribais, como colares e pulseiras de cordas, pés descalços e cabelos raspados. São justamente estes traços já difundidos e constantemente repetidos na cultura visual europeia que faziam com que estas imagens fossem interpretadas como a imagem da alteridade absoluta pelos possíveis observadores daquele período. A ideia é justamente apreender pelas lentes fotográficas os modos de vida, os costumes e as facetas assumidas por estas pessoas no encontro colonial. Efetivamente, este modelo de representação fotográfica buscou apresentar, de alguma maneira, a existência concreta daquele estereótipo sobre o africano “incivilizado” e “primitivo”, aquele ser mais próximo às tradições pré-históricas do que ao desenvolvimento civilizacional europeu, vale dizer, aquele ser que está entre o mundo humano e o reino animal, vivendo em um limbo histórico onde não houve desenvolvimento cultural, linguístico, social ou tecnológico.

Nesse tipo de fotografia, é perceptível também o modo pelo qual os africanos retratados nas imagens são identificados apenas pelo seu pertencimento étnico. Estas pessoas não eram apreendidas pelas câmeras dos fotógrafos como indivíduos, mas eram apresentados aos possíveis espectadores como sujeitos coletivos, representantes de determinada etnia que vivia nos territórios coloniais alemães. Nesse sentido, é muito difícil encontrarmos fotografias desse gênero que se refiram aos nomes dos sujeitos retratados, a não ser se eles fossem líderes guerreiros como, por exemplo, Samuel Maharero ou Hendrik Witbooi.

A partir desta tipologia de imagens no arquivo, podemos notar o modo pelo qual os alemães se utilizaram da fotografia não só como um meio de registro sobre as populações locais, mas também como um instrumento que esteve intimamente vinculado ao seu projeto colonial de forma mais ampla: a ideia de classificar e hierarquizar as populações em termos de “raças” e estabelecer, dessa maneira, uma política colonial que tinha a raça como seu elemento estruturante.

A tese da raça como elemento estruturante da política foi inicialmente postulada e desenvolvida por Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo na década de 1950*. Pensando sobre como se estruturou a política nazista a partir de um discurso ideológico que elaborava o fator racial como o principal elemento para seu desenvolvimento, a autora buscou rastrear de que forma a raça já havia sido pensada como um componente necessário nas políticas colonialistas em território africano desde finais do século XIX. Segundo Arendt, a ideia contemporânea de raça foi uma tentativa de explicar a existência de seres humanos que estavam fora da compreensão dos europeus (Arendt, 1989, p. 215). Foi a partir dessa premissa que se efetuaram os contatos coloniais contemporâneos e foi também a partir dela que ficou gravado na experiência histórica europeia um modo de fazer política que tinha na raça seu cerne principal.

Ainda que Arendt tenha partido sua análise desde a perspectiva histórica da África do Sul, é notável a ênfase no elemento racial nas práticas políticas estabelecidas pelos alemães em seus territórios coloniais em África. Entretanto, ainda que seja possível rastrear um pensamento racista desde o início da colonização formal em 1884, a segregação racial e a consequente tipificação das raças nestes espaços só foram desenvolvidas com minúcias após 1905. Essa data marca a promulgação da lei de proibição de casamentos entre pessoas brancas e pessoas negras na África de Sudoeste e, necessariamente, marca também a radicalização da política colonial alemã em torno da questão racial. Segundo Marion Brepohl, podemos perceber o modo pelo qual os alemães manejavam essa categoria ao analisarmos o conjunto de normas elaboradas para as colônias através do Direito Colonial. Ainda que este não tenha sido uma construção exclusivamente alemã, é perceptível para o caso alemão a saliência do critério racial (Brepohl, 2013).

Dentro do Direito Colonial que previa leis a partir da diferença racial, existiam as “Leis dos Nativos”, as quais eram aplicadas exclusivamente a estas populações e criavam, portanto, uma categoria jurídica separada do *corpus iuris* germânico (Joeden-Forgey, 2007, p. 24). Segundo essa normativa, os “nativos” (*Eingeborene*) estavam incluídos no monopólio da violência detido pelo Estado Alemão, mas estavam igualmente excluídos de qualquer tradição ou instituição de proteção vinculadas ao mesmo. De acordo com Elisa von Joeden-Forgey, as “Leis dos Nativos” promoveram

uma naturalização do uso da violência contra esses sujeitos que foram inferiorizados pelo discurso e pelas práticas colonialistas. Segundo esta autora, o privilégio do espancamento previsto na lei colonial fez com que a violência fosse compreendida e exercida como um direito natural dos colonos alemães, associada, inclusive, ao próprio exercício da cidadania em territórios africanos. Para além da permissão legalizada ao uso da violência nesse espaço definida sobretudo a partir de critérios raciais, é importante mencionar que este código jurídico também funcionou como um instrumento para reforçar a identidade nacional alemã definida em termos de pureza racial, além de blindar o discurso colonial das contradições vivenciadas no cotidiano das colônias (Joeden-Forgey, 2007, p. 25).

É necessário recordar que nesse mesmo contexto de virada do século XIX para o século XX uma nova ciência estava sendo estabelecida na Alemanha: a eugenia como o estudo científico para o aprimoramento racial. O termo eugenia foi criado na década de 1880 e se referia ao processo de aprimoramento genético que pretendia “assegurar” e “melhorar” as características adequadas de determinada “raça” e previa também a extinção dos elementos considerados deletérios. O pensamento e o desenvolvimento de um conhecimento eugênico na Alemanha estiveram desde seus primórdios vinculados a um discurso de saúde sobre a população. De acordo com Susan Bachrach, o conceito de higiene racial que teve seu expoente durante o governo nacional-socialista na década de 1930 teve suas raízes no último quartel do século XIX. Com a rápida industrialização e conseqüente urbanização ocorridas nesse período, notou-se um aumento nos índices de pobreza e criminalidade, bem como a proliferação de doenças como a tuberculose, a sífilis e a gonorreia (Bachrach, 2004, p. 417). Concomitantemente a este processo, os desenvolvimentos científicos nas áreas da genética e da bacteriologia contribuíram para construir uma crença na promessa médico-biológica como uma possível solução para os problemas pelos quais passava a Alemanha. No entanto, a ideia do melhoramento racial não foi inventada pelos alemães. O conceito de raça passou a ganhar traços de cientificidade no final do século XVIII e teve durante todo o século XIX os principais estudos sobre classificação racial e sobre os perigos da miscigenação entre as raças. No entanto, a ideia de eugenia, uma ciência do aprimoramento racial, começou a ser desenvolvida no final do século XIX no mundo anglo-americano em íntimo contato com o imperialismo.

Na Alemanha, o primeiro estudioso a publicar uma obra sobre eugenia foi Wilhelm Schallmayer no ano de 1891. Este autor foi o responsável por introduzir no pensamento eugenista a ideia de custo-benefício dos processos de esterilização que, nas próximas décadas, iriam dominar o movimento de higiene racial (*Rassenhygiene*) a partir do princípio de que haveria uma correlação direta entre a vitalidade biológica de uma população e o poder do estado.

É importante salientar, ainda, que o contexto sociocultural e intelectual da Alemanha na virada do século XIX para o XX viu o estabelecimento do racismo como um discurso fundador não só em suas práticas coloniais e de criação de uma identidade nacional em um período pós-unificação, mas também como a própria base de sustentação de um saber científico legitimador de práticas violentas. Conforme afirmou Richard Weikart, não podemos desconsiderar a historicidade de importância e de força institucional dos estudos raciais quando da ascensão do regime nazista. Segundo este autor, a ideologia racial estabelecida nesse momento era largamente devedora do ensino racial desenvolvido nas universidades germânicas. É justamente pela razão de que biólogos, antropólogos e médicos já estavam comprometidos com a questão racial desde fins do século XIX que seu apoio ao nacional-socialismo não pode ser interpretado com surpresa (Weikart, 2013, p. 539). De fato, em 1927 foi fundada uma das maiores instituições de pesquisa a respeito da eugenia e do melhoramento racial: o Instituto de Antropologia, Hereditariedade Humana e Eugenia Kaiser Wilhelm. O primeiro diretor desse instituto de pesquisa que, durante o III Reich foi de fundamental importância para corroborar a ideologia de supremacia racial ariana, foi o antropólogo Eugen Fischer.

Ainda que Fischer tenha ganho notoriedade e prestígio durante o período nazista, ele já era um estudioso vinculado às questões raciais desde a década de 1910. De fato, de uma forma similar à experiência de Francis Galton, conhecido por ser o “pai da Eugenia”, que desenvolveu grande parte de suas pesquisas antropométricas em suas viagens ao continente africano em fins do século XIX<sup>4</sup>, Fischer também se beneficiou do território colonial e de suas populações locais para recolher dados e elaborar suas primeiras teses a respeito dos “problemas” da miscigenação racial. Em 1913 foi publicado seu primeiro trabalho de grande importância no meio acadêmico, intitulado *Os bastardos de Rehoboth e o problema da miscigenação dos seres humanos*.

Esse trabalho consistia em um minucioso estudo sobre uma pesquisa de campo realizada em um vilarejo na África de Sudoeste Alemã que pretendia compreender o que ocorreria quando diferentes raças se cruzam ao longo de gerações. De acordo com Marion Brepohl, esta pesquisa foi financiada pela Real Academia de Berlim e Fischer permaneceu nesta colônia por dois anos trabalhando na medição de crânios de mestiços entre os chamados “hotentotes”<sup>5</sup> e os bôeres que ali viviam há algumas décadas. Sua pesquisa empírica partiu de cerca de 310 exames biométricos, junto com entrevistas e centenas de fotografias. Para além de detalhar todos os aspectos físicos como, por exemplo, cor dos olhos, cor dos cabelos, formato dos corpos, Fischer recolheu ainda informações sobre seus costumes, buscando sobretudo as diferenças entre este povo “bastardo” e os demais povos da colônia, “com a clara intenção de analisar as possibilidades de aproximação entre eles e os colonizadores alemães” (Brepohl, 2011, p. 5), uma vez que supunha que eles teriam elementos raciais superiores, já que filhos da raça branca (bôeres).

[Os bastardos] trabalham pouco, somente o necessário para a subsistência, ainda que sempre suas casas sejam limpas e bem arrumadas. As mulheres se vestem com trajes europeus, portando sempre um casquete, principalmente se casadas. Realizam muitas festas, sejam de origem cristã ou datas festivas cultivadas por hotentotes. [...] [No entanto], o que falta a eles é o espírito de liderança, pois são incapazes de produzir cultura – falta-lhes fantasia, autoconsciência, caráter, capacidade física, que são propriedades da raça branca. Têm dificuldade de marchar, não tem propensão a dominar, nem previsibilidade e muitos são regidos por paixões, como a paixão pelo álcool. São embotados, parecem tíbios e lerdos, mesmo assim, são seguros de si e orgulhosos de sua nação (Brepohl, 2011, p. 6).

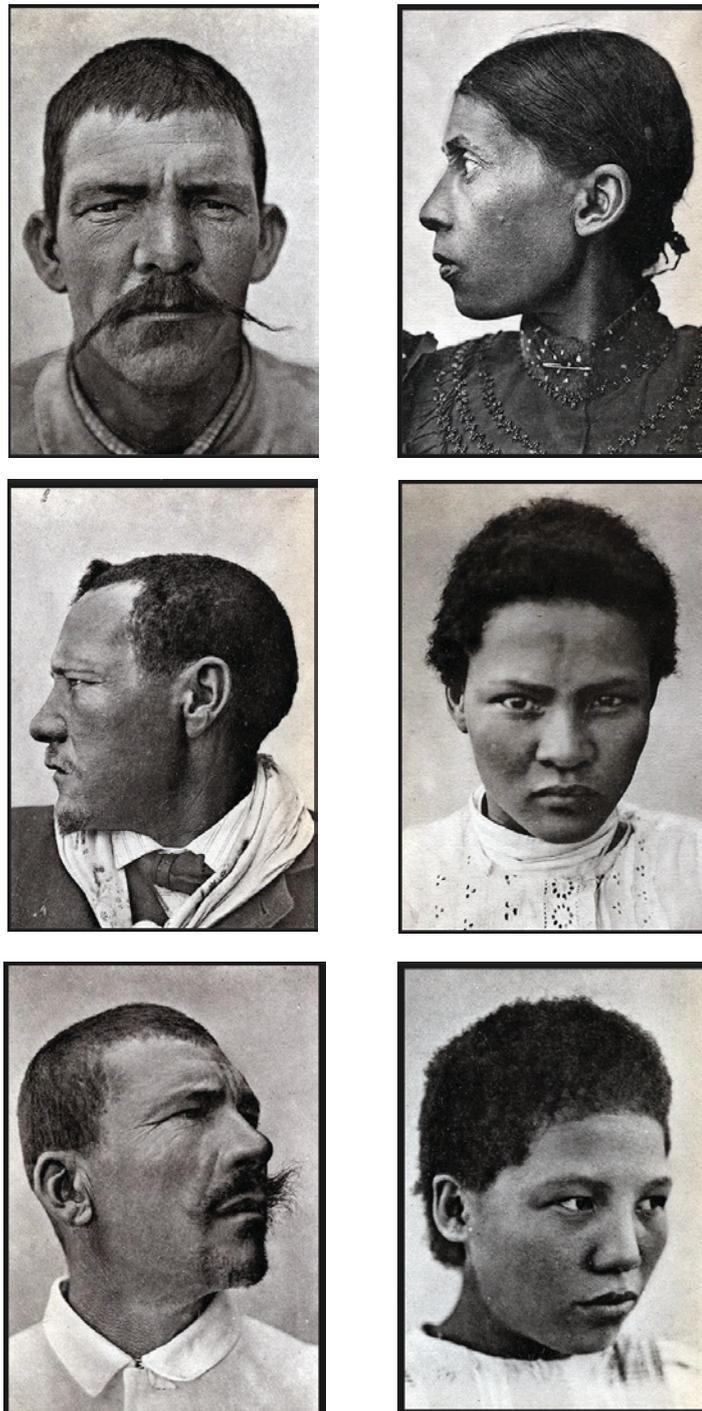
A partir de definições desta natureza, Fischer concluiu que esta população era distinta dos demais povos da região e, dessa maneira, deveriam também ser submetidos a um outro tipo de tratamento. No entanto, ainda que ele postulasse a possibilidade concreta de torná-los bons trabalhadores e tratá-los de forma distinta, ele não acreditava na possibilidade de tratá-los como iguais aos colonos alemães.

As pesquisas sobre o aprimoramento das raças tiveram nas colônias, portanto, um importante palco de atuação para a coleta de dados, e não

foi uma mera coincidência que o movimento eugenista tenha apresentado um grande desenvolvimento durante os anos de imperialismo europeu no continente africano. Foi exatamente das colônias que uma parte dos cientistas envolvidos nesse movimento providenciaram seus materiais de análise e desenvolveram suas teorias sobre a desigualdade entre as raças e postularam, de uma vez por todas e de formas “científicas”, a existência de uma “raça superior” em detrimento da inferioridade de tantas outras, a exemplo de Eugen Fischer. Para este fim, a fotografia foi largamente utilizada como um recurso para a investigação, classificação e hierarquização das diferenças raciais observadas no espaço colonial.

De fato, a fotografia deu continuidade a uma tradição de investigações no âmbito da medicina e da antropologia física que utilizava desenhos como principal suporte para obter dados observáveis e mensuráveis das características antropométricas das populações encontradas pelos europeus nos ambientes coloniais (Matos, 2014, p. 45). Como vimos, o próprio Eugen Fischer se utilizou da fotografia para documentar todo o andamento da sua pesquisa na colônia. De acordo com as especificações científicas antropométricas, Fischer elaborou centenas de imagens que buscavam transformar os indivíduos em puros objetos de estudo. Nesse sentido, de forma distinta de como eram as fotografias da Sociedade Colonial Alemã, as fotos de Fischer retratavam somente os corpos dos sujeitos sem a necessidade de inseri-los em algum tipo de lugar ou cena. Uma outra característica definidora das imagens do antropólogo é de que elas sempre documentavam os indivíduos em três posições: de frente, de perfil e em diagonal.

**Figura 2** - “Bastardos de Rehoboth”, por Eugen Fischer



**Fonte:** Fischer (1913).

Notadamente, a pequena amostragem de fotos oriundas do trabalho de Eugen Fischer que podem ser visualizadas acima nos mostra o caráter instrumental

que se pretendia com a produção desse tipo de imagens. Transformada em um método de investigação antropométrica, a fotografia serviu não só para a construção de uma importante base de dados para os estudos raciais, mas também ajudou a promover a transformação dos sujeitos coloniais em objetos para a elaboração de conhecimento desde a perspectiva ocidental. De fato, “a fotografia condensa e aperfeiçoa o processo de objetificação. Ela remove qualquer possibilidade de diálogo” (Shepherd, 2015, p. 86). Neste processo, necessariamente, estamos a falar do estabelecimento de relações de poder no próprio momento do ato fotográfico. Nesse sentido, sobretudo no cotidiano colonial, as hierarquias são propostas pelas posições que os sujeitos ocupam nesse cenário, perpassadas a todo momento pelo intrincado jogo que envolve relações de força física e domínio econômico, mas também que se nutrem das construções sociais de raça, gênero e classes sociais.

Ainda que de forma distinta das fotografias produzidas por Eugen Fischer, as fotos do arquivo da Sociedade Colonial Alemã também refletem um caráter de objetificação e classificação dos povos locais das colônias alemãs. Conforme afirmamos anteriormente, a descrição das pessoas retratadas nas fotografias nunca as individualizam, mas as apresentavam como parte de grupos étnicos ou a partir das categorias de gênero. A figura 2, por exemplo, retrata os “bushman”, uma categoria de povos que foram objeto de um largo escrutínio científico no período colonial e cuja nomenclatura passou a ter um significado derogatório. Desde a passagem de Eugen Fischer até publicações de arqueólogos sul-africanos nas décadas de 1920 e 1930, esta comunidade foi considerada um “tipo racial” muito particular e que se distinguia dos demais povos locais da região da África austral. De forma geral, as feições corporais dos chamados “bushman” detiveram a atenção de pesquisadores das áreas da antropologia e da antropometria em busca de estabelecer que este povo era, possivelmente, o povo mais atrasado na escala evolutiva humana e, dessa forma, imaginava-se que o estudo sobre seus indivíduos poderia render interessantes conclusões para os estudos raciais. Segundo Robert Gordon, um dos principais traços distintivos entre os “bushman” e os demais “hotentotes” eram os órgãos sexuais: no caso feminino, eram medidos os tamanhos da vulva e dos lábios vaginais e nos homens, o pênis. Para Eugen Fischer a pureza desta “raça”, inclusive, poderia ser medida através do pênis masculino (Gordon, 1998, p. 28). Esta tradição de referenciar os povos “hotentotes” pelos seus órgãos sexuais

não foi inaugurada com Fischer. Já entre o final do século XVIII e o início do século XIX Saartjie Baartman, uma mulher khoisan do sul da África se tornou objeto de curiosidade e desejo pelos olhares europeus por conta de suas nádegas avantajadas. Tampouco o interesse de cunho sexual por essas populações terminou com Fischer. Segundo afirmou Nick Shepherd, em 1926 os antropólogos sul-africanos James Drury e Matthew Drennan publicaram um artigo intitulado “The prudential parts of the South African Bush race”, no qual eles produziram uma tipologia dos grupos baseados no formato e no tamanho dos lábios vaginais das mulheres e do pênis para os homens (Shepherd, 2015, p. 79).

O caso de uma suposta pureza da “raça” entre esta comunidade continuou chamando a atenção das autoridades governamentais e científicas da África do Sul até, pelo menos, o início da década de 1940. Segundo Shepherd, cerca de 70 indivíduos designados como “bushman” foram utilizados como objetos de exposição na Exibição Imperial, em 1936, em comemoração aos cinquenta anos da cidade de Johannesburgo. Tal exposição, inspirada nas Exposições Universais europeias da segunda metade do século XIX e da primeira metade do XX, fora pensada para apresentar a face moderna da União Sul-Africana dentro do Império Britânico e contou com várias exposições sobre as colônias inglesas na África. Segundo este autor, uma das atrações mais visitadas pelo público foi justamente o “Campo dos Bushman”, onde estes indivíduos foram alocados em um espaço aberto com um pátio de areia para danças e abrigos com árvores. Este episódio marca uma violência implícita nos modos de olhar e, conseqüentemente, de conhecer. A partir dessas exposições se espetacularizava um meio de construir um tipo de saber que tinha na violência física de aprisionamento e encarceramento a base para a coleta de dados e a construção científica. Para este caso específico, este tipo de evento ajudou a popularizar a ideia de que este grupo representava tipos puros de uma espécie virtualmente distinta, vale dizer, reforçava a imagem dessa comunidade como um povo separado da humanidade ao invés de compreendê-los inseridos em uma realidade colonial (Shepherd, 2012, p. 294). Tamanha curiosidade era dispensada aos “bushman” que no início do século XX surgiram ideias de se construírem reservas para estes povos para que os estudos científicos não fossem prejudicados com sua possível “extinção”. O argumento era de que ainda que eles possuíssem pouco valor econômico, na medida em que eram “péssimos trabalhadores”, eles tinham um valor científico inestimável.

Exatamente a esse respeito, nas colônias alemãs existia uma diferenciação burocrática entre os *Eingeborene* que, como vimos, possuíam um conjunto de normas que se referia somente a sua condição enquanto nativos dos territórios coloniais alemães, e os *Vagabondierten Buschleute*, considerados sub-humanos e incapazes de se tornarem familiarizados com a propalada “civilização” (Gordon, 1998, p. 33). Nesse sentido, podemos dizer que os chamados “bushman” representavam, dentro dos esquemas classificatórios dos colonialistas alemães, uma raça inferior aos já inferiorizados povos locais como hereros e namas, por exemplo. Dessa forma, fica claro o modo pelo qual a estrutura organizacional da administração colonial alemã não utilizava tão somente o binômio racial brancos *versus* negros ou europeus *versus* africanos, mas como eles produziram uma escala racial que estabelecia em seu topo a própria “raça” germânica e classificava tantas outras “raças” como mais ou menos inferior e, a partir disso, identificava os “usos” que essas “raças” poderiam ter nos planos alemães.

**Figura 3** - Casal, África de Sudoeste Alemã



**Fonte:** Goethe Universität (2018, n. 067-1281-36).

Dentro do esquema da fotografia enquanto um instrumento para promover esta classificação racial, a imagem 3 nos parece bastante significativa. Esta fotografia retrata um casal de pessoas nomeadas de “bushman” de uma forma diferenciada das demais fotografias do arquivo: eles não estão na posição frontal ou em posições de atividades manuais, mas foram fotografados de lado, tal qual um posicionamento comum das fotografias antropométricas de Eugen Fischer. Como toda a descrição física dos indivíduos desta comunidade passava pelas medições de seus órgãos sexuais e pela caracterização da esteatopigia (condição genética de acúmulo de gordura nas nádegas) o fotógrafo buscou salientar estas características determinantes dos “bushman” no enquadramento de sua foto, já que essa posição lateral nos permite observar as nádegas dos sujeitos fotografados. Ainda que nitidamente esta fotografia não tenha sido produzida para fins de uma rigorosa pesquisa científica, é notável a influência dos discursos raciais que marcavam tais indivíduos a partir de seus órgãos genitais na elaboração deste tipo de imagem. Estes indivíduos encontram-se não só inferiorizados pelo estigma da “raça” negra em âmbito colonial, mas encontram-se também definidos a partir de uma hipersexualização o que, conforme já discutiram Frantz Fanon (2008) e Robert Young (1995), também foi um elemento utilizado para a estigmatização da suposta inferioridade do negro, na medida em que um ser regrado pelos seus instintos estaria muito mais próximo da esfera animal do que do âmbito da razão humana.

### **A construção de uma comunidade racial na África de Sudoeste**

Ao final da Primeira Grande Guerra em 1918 uma das imposições da Liga das Nações à Alemanha foi a perda das suas colônias em ultramar. No entanto, a Sociedade Colonial Alemã não deixou de existir e continuou atuando tanto em solo metropolitano quanto colonial até quase o final da Segunda Guerra (a Sociedade só cessou suas atividades oficialmente em 1943). Evidentemente, ainda que muitos dos colonos alemães em solo africano tenham retornado para a Alemanha na década de 1920, muitos imigrantes permaneceram nas colônias, sobretudo no Sudoeste Africano. A atuação desses colonos também foi notada e registrada pelas lentes fotográficas da Sociedade Colonial Alemã.

Ainda que a Alemanha tenha tido sua soberania colonial oficialmente extinta somente em 1919 com o Tratado de Versalhes, na África de Sudoeste ela já

havia perdido sua governança desde 1914. Com o início do conflito armado em solo europeu em agosto deste ano, as colônias da região sul da África também se viram envoltas em hostilidades. Segundo Marion Wallace, estes eventos resultaram em consequências traumáticas para os alemães no Sudoeste Africano, uma vez que suas tentativas de defender o território das forças sul-africanas foram rapidamente derrotadas. Já no ano de 1914 a União Sul Africana ocupou militarmente a então África de Sudoeste Alemã e instaurou ali um governo marcial durante o tempo de guerra (Wallace, 2011, p. 205). A partir de 1921, a África do Sul, representando a Grã-Bretanha, deu início ao governo da Namíbia sob base legal da Liga das Nações. Assim como o Sudoeste Africano, todas as outras colônias alemãs em África foram repartidas entre os países mandatários da Liga das Nações.

Logo em 1919 iniciou-se na Alemanha o chamado movimento neocolonial, uma agitação política liderada pela Sociedade Colonial Alemã e pelos principais representantes do imperialismo que alegavam a legitimidade do direito da Alemanha às suas possessões coloniais e que procuravam inflamar a opinião pública a esse respeito. O movimento neocolonial alemão atuou quase que exclusivamente no âmbito da propaganda, reforçando a importância das colônias para a economia da pátria-mãe e radicalizando o discurso da necessidade de tais espaços para a grandeza da Alemanha junto aos países ocidentais (Krachenski, 2016).

No Sudoeste Africano, os colonos alemães que ali permaneceram tiveram que enfrentar o novo governo sul-africano, suas imposições baseadas na segregação racial como forma de fazer política<sup>6</sup>, bem como a falta de espaço no mundo público dada aos teuto-namibianos. No entanto, ainda que em conflitos políticos, alemães e africânders deram continuidade a constituição de uma minoria branca no poder desse espaço colonial. O grande desafio para os alemães era de que nesse novo contexto eles tinham que entrar em acordos e fazer concessões com os novos “donos” da colônia. As relações entre alemães e africânders desde o final da Primeira Guerra foram marcadas por amargas disputas, sobretudo no que diz respeito a se os alemães teriam direito a permanecer nos conselhos do governo. Em 1923 foi assinado um tratado que previa que os teuto-namibianos poderiam ter direito a assumir cadeiras na Assembleia Legislativa, votada e formada em sua totalidade por homens brancos. Ainda assim, a política nacional da África de Sudoeste levada

a cabo pelos brancos estava dividida entre as duas repartições étnicas, os alemães junto ao Partido Alemão (*Deutsche Bund*) e os africânders afiliados ao Partido de União Nacional do Sudoeste Africano. Enquanto este partido defendia a incorporação do Sudoeste Africano à África do Sul a fim de garantir um maior domínio africânder na região, o Partido Alemão defendia manter o protetorado e, acima de tudo, garantir a promoção da educação da cultura alemã – objetivo antigo da Liga Pangermânica em outros territórios, como Brasil e Argentina, por exemplo (Wallace, 2011).

Para além das divisões políticas formadas no seio da sociedade colonial dividida entre africânders e alemães, estes dois grupos mantinham uma segregação de classe entre eles. De acordo com Wallace, os fazendeiros alemães formavam uma rica elite em relação aos recém- chegados sul africanos e, mesmo com um declínio em várias regiões, ainda mantinham o domínio no comércio de varejo. No entanto, até o início da década de 1930 o governo da África de Sudoeste conseguiu incorporar os fazendeiros em um projeto de dominação da maioria branca enquanto se utilizavam do trabalho da população negra para extrair os recursos do território. Existia, apesar das disputas entre os colonos brancos, um objetivo maior a ser garantido: o do domínio racial.

Entretanto, a ascensão de Adolf Hitler e do Partido Nazista na Alemanha em 1933 provocou mudanças no frágil equilíbrio de governo na África de Sudoeste. Segundo George Steinmetz e Julia Hell, a maioria dos teuto-namibianos eram entusiastas do nazismo nas décadas de 30 e 40 (Steinmetz; Hell, 2006, p. 173). O discurso de um inflamado nacionalismo recuperado pelos nazistas que vislumbrou recuperar seus territórios perdidos após a Primeira Guerra e expandir ainda mais seus domínios territoriais a partir da teoria do *Lebensraum* deu aos colonos alemães no Sudoeste Africano uma esperança de que eles poderiam voltar ao domínio efetivo do território se os nazistas fossem bem-sucedidos no seu objetivo de recuperar as colônias perdidas.

A influência nazista na África de Sudoeste se disseminou rapidamente entre os teuto-namibianos durante os primeiros anos do Nacional-Socialismo: muitos oficiais nazistas foram da Alemanha para a Namíbia com o objetivo de promover a mensagem de Hitler e de nazificar as instituições na sua antiga

colônia que, segundo a terminologia do movimento neocolonial, havia sido roubada pela Grã-Bretanha; além disso, nesse período também foram criados braços do Partido Nazista na África, assim como agrupamentos vinculados às gerações mais novas como a Juventude Hitlerista (Wallace, 2011, p.240).

Assim como na Alemanha, os entusiastas do nazismo na colônia se utilizavam da educação como um dos principais meios para inserir as novas gerações na ideologia do Partido. Importante afirmar que a versão nazista sobre o fim da Primeira Guerra e a ideia de roubo das colônias pelo Tratado de Versalhes não eram somente divulgadas através da propaganda do movimento neocolonial na Alemanha, mas era ensinada como conteúdo formal nas classes dos teuto-namibianos. Além disso, conforme observamos nas imagens 4 e 5 (dentre outras existentes no arquivo), encontros em datas festivas também eram comuns para que laços de pertencimento e identidade fossem renovados entre os colonos alemães, agora a partir da ideologia hitlerista.

**Figura 4** - “Nós queremos a comunidade de um povo”,  
Festa de 1º de Maio, Windhuk, 1939.



**Fonte:** Goethe Universität (2018, n. 062-0729-16).

**Figura 5** - Festa de 1º de Maio, Windhuk, 1939.



**Fonte:** Goethe Universität (2018, n. 062-0729-19).

**Dois dos pilares centrais da ideologia nazista eram os conceitos de povo e de raça** que juntos formavam a ideia de “comunidade de um povo” ou *Volksgemeinschaft* – termo utilizado em cartazes dispostos durante a festa de 1o de maio em Windhuk, conforme observamos na figura 4. Vista a partir da estruturação pela “raça” ariana, a sociedade formulada pelos ideais nazistas não era composta por indivíduos ou classes sociais, mas pela uniformidade do Volk.

Ainda que possamos observar no arquivo séries de fotografias sobre as atividades dos nazistas na colônia, sua atuação teve restrições por parte do governo sul-africano. Logo no ano de 1933 a Assembleia Legislativa do Sudoeste Africano passou uma lei que proibia a propaganda nazista no território e banuiu a Juventude Hitlerista e o Partido Nazista no ano seguinte. Em 1937, o *Deutscher Bund* também foi cassado pelo seu apoio ao Partido Nacional Socialista. No entanto, apesar de todas as proibições e restrições aos entusiastas do nazismo na África de Sudoeste, estes somavam quase 95% da população teuto-namibiana após a anexação da Áustria ao Reich de Hitler em 1938. É importante frisar que as proibições às atividades dos nazistas na colônia não tinham como prerrogativa a oposição do governo sul-africano aos discursos de cunho racial proferidos pela ideologia nazista, nem tampouco faziam algum apelo humanitário contra as políticas eugenistas levadas a cabo em solo europeu. Não

devemos nos esquecer de que a própria União Sul Africana, ainda que nesse período não tivesse formalizado a política do Apartheid (o que só ocorreria em 1948), já demonstrava uma prática política que tinha no elemento da raça o seu traço principal. Em nossa leitura, as restrições impostas aos entusiastas do nazismo na África de Sudoeste estavam relacionadas, isso sim, à contestação ao poder sul-africano nesse território que se mostrava cada vez mais violenta pelo discurso nazista dos colonos alemães. A rejeição dos teuto-namibianos a segundo plano no governo do território não havia sido bem aceita durante todo o período pós I Guerra. Somava-se a isso na década de 1930 a esperança depositada na força do Nacional-Socialismo em recuperar aquele território e, dessa forma, os colonos alemães poderiam vislumbrar novamente o governo da África de Sudoeste, além, claro, de voltar a fazer parte dos territórios da pátria-mãe (Wallace, 2011).

Para além de atividades educacionais nas escolas e encontros dos nazistas na África de Sudoeste, a organização de eventos esportivos também se configurou como um importante meio de sociabilidade nesse período. Uma ocasião que foi bem retratada pelas lentes fotográficas da Sociedade Colonial Alemã (neste período conhecida como *Reichskolonial Bund*) foi o torneio das sociedades de ginástica organizada durante o feriado de páscoa de 1939 na cidade de Lüderitzbucht e que, de acordo com Sílvio Corrêa, foi realizado sem nenhuma censura política por parte da administração sul-africana (Correa, 2012, p. 17).

**Figura 6** - Gauturnfest, Lüderitzbucht, 1939.



**Fonte:** Goethe Universität (2018, n. 062-0730-23).

**Figura 7** - Gauturnfest, Lüderitzbucht, 1939.



**Fonte:** Goethe Universität (2018, n. 062-0730-22).

Os torneios esportivos no Sudoeste Africano não se tornaram uma novidade na década de 1930. De acordo com Sílvio Corrêa, as sociedades de ginástica mais antigas foram fundadas entre 1898 e 1899 em Swakopmund e em Windhuk, ao passo que as outras (Lüderitzbucht e Keetmanshoop, por exemplo) foram fundadas durante a guerra colonial de 1904-1908. O objetivo dessas sociedades esportivas era muito claro: elas pregavam a prática de exercícios para a saúde física e mental dos colonos alemães, bem como a preservação de um sentimento patriótico, vale dizer, para além do aperfeiçoamento físico, buscava-se através do esporte a preservação e propagação da germanidade (*Deutschum*) em solo africano, através de treinos regulares, encontros e torneios em vida associativa. Além disso, é importante ressaltar que as atividades esportivas organizadas por estas instituições também previam a manutenção da hierarquia estabelecida no ambiente colonial, uma vez que os povos locais eram excluídos dessas atividades e elas também garantiam o acesso de uma pequena parcela endinheirada que rogava para si o dever de preservar a cultura alemã.

No período de colonialismo formal alemão, portanto, uma das principais metas das sociedades esportivas era fomentar uma consciência do povo

alemão em ultramar e reforçar (ou não deixar se perder) um sentimento nacionalista legítimo. Segundo Corrêa, era atribuído à esta instituição o papel fundamental de tornar a colônia igual a pátria-mãe (pelo menos no sentimento de pertencimento dos colonos alemães). Com o fim da colônia alemã em 1919, as sociedades esportivas tiveram dificuldades para se manterem, sobretudo por conta de problemas financeiros decorrentes da evasão de muitos membros para a Alemanha. Já no período que compreende as décadas de 1930 e 1940, para além de estes torneios buscarem inflamar o sentimento nacionalista nos seus participantes, um outro elemento se destacava dentro do discurso nazista e voltava a fazer parte do cotidiano da colônia: o aprimoramento da “raça” ariana.

Como podemos observar, o ideal nazista estava impregnado pela ideia do desenvolvimento e manutenção de uma raça superior, a “raça” ariana, que deveria dominar e subjugar todas as outras raças. Nesse sentido, a ideia da higiene racial previa uma série de normas a serem cumpridas em nome da saúde de um povo para atingir tal objetivo. A finalidade era construir uma nação poderosa através de seu poderio econômico e militar a partir de uma população produtiva e saudável. Para tanto, a prática regular de exercícios deveria ser um programa bem estabelecido entre o *Volk* para assegurar a pureza da nação alemã. A partir das imagens produzidas pela Sociedade Colonial Alemã (figuras 6 e 7) observamos como o discurso de uma *Rassenhygiene* não ficou restrito somente à pátria-mãe, mas estabeleceu um novo sentido de unidade e identidade entre os colonos alemães no Sudoeste Africano. O ideal nazista de criar uma população saudável – aonde quer que fosse território germânico – procurava atender também a objetivos militaristas: a busca pela expansão do território alemão ou, no caso dos colonos teuto-namibianos, a esperança de uma reconquista alemã do território, só poderia ser garantida com um povo apto para o trabalho, seja ele militar, seja ele no campo.

De forma geral, a política sanitária empregada pelo discurso nazista previa a elaboração de um novo homem a partir da noção de uma comunidade biológica constantemente purificada. Este novo homem deveria regenerar-se e integrar-se totalmente à natureza, reconciliando-se, dessa forma, com um paraíso ecológico – a ser encontrado nas colônias perdidas (Bruneteau, 2016).

Notamos no arquivo que nas fotografias apresentadas sobre os torneios esportivos na África de Sudoeste a ênfase recai sobre os jovens brancos, loiros e de olhos azuis que denotam o vigor do povo alemão mesmo fora de sua terra natal – o que, em termos de propaganda, somente reforçaria a ideia da adaptação de uma raça superior em qualquer ambiente. A figura 8 é, sobre esse ponto, bastante reveladora. Na legenda que a acompanha no arquivo lemos: “Loiros e de olhos azuis, saudáveis e bronzeados são os meninos alemães do Sudoeste Africano”. Vemos o destaque dado a um fenótipo que representaria, segundo o discurso nazista, o tipo ideal de rapaz ariano.

**Figura 8** - Menino Alemão, Windhuk, 1939



**Fonte:** Goethe Universität (2018, n. 062-0738-14).

A semelhança da fotografia acima com os modelos ideais da “raça” ariana estabelecidos por eugenistas como Eugen Fischer, por exemplo, é notável. Atentemo-nos para as imagens publicadas em 1927 em um trabalho de Fischer que exemplificava os tipos mais comuns de feições da “raça” nórdica:

**Figura 9** - Exemplar da raça ariana segundo Eugen Fischer, 1927.



**Fonte:** Fischer e Guenther (1927).

Entendemos que o esforço da comunidade de colonos alemães na África em documentar suas atividades representava não só uma continuidade das atividades de registro visual desenvolvidas pela Sociedade Colonial Alemã desde o início da colonização, mas também compreendemos que, em um momento no qual a Alemanha já não era mais senhora de domínios coloniais em África, esse esforço de registro da existência de um braço da ideologia nazista ali também denotava, pelo menos, três outras possibilidades. Em primeiro lugar, conforme já afirmamos, entendemos que a organização dos alemães em torno do ideário nazista providenciava uma esperança nas mentes colonizadoras de que eles poderiam voltar a serem “donos” daquele espaço que os havia sido “roubado” pelas forças britânicas; está implícito aí não somente uma vontade de domínio efetivo sobre o africano (o Outro absoluto do discurso imperial), mas também uma vontade de poder dos alemães frente aos outros povos europeus, uma vez que, como vimos, os colonos teuto-namibianos tinham problemas em se afirmar diante a dominação sul-africana na região.

Em segundo lugar, entendemos que o interesse em propagandear as atividades desses colonos na África também fazia parte de um esforço por parte da instituição de colocar as demandas pela recuperação das colônias africanas como um dos focos principais no Comitê Colonial do III Reich. Conforme o próprio Hitler afirmou em *Mein Kampf*, e conforme sugerem as movimentações em torno da colonização para o leste europeu, a África não era um espaço de interesse primordial para o governo Nacional-Socialista. Ainda que a experiência colonial alemã em África tenha sido um dos pilares para o desenvolvimento de um pensamento genocida<sup>7</sup> e a base de uma política baseada na raça que deu o tom durante o período hitlerista, as colônias africanas que foram perdidas após o Tratado de Versalhes não demonstravam potencial para uma real efetivação de políticas para sua reconquista por parte do III Reich.

Finalmente, em terceiro lugar, vislumbramos na reorganização dos colonos alemães no território da África de Sudoeste em torno da ideologia nazista, uma possível continuidade da mentalidade racista e eugênica como parte fundamental da germanidade (*deutschtum*), toda ela contruída sob princípios raciais desde o início da colonização alemã do território, até o desenvolvimento e consolidação do ideário racial nazista que previa a “pureza” da raça como um elemento de salvaguarda da identidade alemã ao redor do mundo.

### Considerações Finais

Pudemos notar aqui que, para além das análises que relacionam o desenvolvimento do colonialismo com os desenvolvimentos das técnicas de visualidade como a fotografia a partir de fins do século XIX, é possível pensarmos também em introduzir nesta discussão uma outra dimensão: aquela que incorpora à tais discussões o contexto do nascimento da “ciência racial” e como ela se beneficiou do contexto colonial e dos instrumentos fornecidos pelas imagens fotográficas e os sentidos à elas atribuídos no período.

Observamos, a partir do estudo de caso do imperialismo alemão, como as fotografias foram essenciais para o desenvolvimento de seu projeto colonial que também era, em última instância, um projeto racial. Num primeiro

momento e, literalmente, em um primeiro recorte temporal que vai de 1884 a 1914, quando do domínio formal da Alemanha sobre os territórios africanos, observamos como a fotografia foi um instrumento não só de produção de propaganda imperial ou de reprodução de recordações, mas foi essencial na elaboração de um discurso visual que baseou a produção de um conhecimento típico da era dos Impérios: da antropologia etnográfica à eugenia, a fotografia foi largamente utilizada como prova irrefutável da existência de “raças” distintas e hierarquizadas entre si; num segundo momento, num recorte temporal que abarca os anos de 1930, observamos que a fotografia foi também um importante meio de comprovação e divulgação da ideologia racial que marcou o discurso nazista não só na Alemanha, mas também na África de Sudoeste, onde os colonos alemães que ali permaneceram enfrentavam problemas locais com respostas advindas da ideologia nazista.

Se Sven Lindqvist afirmou certa vez que a expansão europeia havia sido acompanhada pela “desavergonhada defesa do extermínio” (Lindqvist, 2021, p.xii), procuramos demonstrar aqui que a defesa do extermínio teve como base central uma desavergonhada elaboração de imagens racializadas que permitiram a construção do discurso eugênico como verdade absoluta.

## Referências

ARENDRT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

BACHRACH, Susan. In the name of public health – nazi racial hygiene. *New England Journal of Medicine*, Waltham, v. 351, p. 417-419, 2004.

BREPOHL, Marion. Conter os casamentos mistos: Eugen Fischer num povoado livre do racismo. *In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, 11., 2011, Salvador. *Anais [...]*. Salvador, UFBA, 2011. p. 1-11.

BREPOHL, Marion. Os pangermanistas na África: inclusão e exclusão dos nativos nos planos expansionistas do Império, 1896-1914. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 13-29, 2013.

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRUNETEAU, Bernard. *Un siècle de génocides*. Paris: Armand Colin, 2016.

CORREA, Sílvio. Colonialismo, germanismo e sociedades de ginástica no Sudoeste Africano. *Recorde: Revista de História do Esporte*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2012.

COSTA, Marcilene Silva. Circulação de imagens coloniais na França contemporânea. *Vista: Revista de Cultura Visual*, Braga, n. 6, p. 143-158, 2020.

CUNHA, Fabiana; CARVALHO, Leonardo. Relatos de um explorador inglês: uma perspectiva da viagem de Francis Galton pelo sudoeste da África (1850-1852). *SAECULUM*, João Pessoa, v. 33, p. 319-337, 2015.

FANON, Frantz. *Em defesa da Revolução Africana*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1980.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FISCHER, Eugen. *Die Rehobother Bastards: und das bastardierungsproblem beim Menschen*. Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1913. Disponível em: <https://velesova-sloboda.info/album/fischer-rehobother-bastards.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

FISCHER, Eugen; GUENTHER, Hans. *Deutsche Koepfe Nordischer Rasse*. Munchen: J. F. Verlag, 1927.

GEWALD, Jan-Bart. Colonisation, Genocide and Ressurgence: the Herero of Namibia, 1890-1923. ZIMMERER, J.; ZELLER, J. *Genocide in German South-West Africa: the colonial war of 1904-1908 and its aftermath*. Monmouth: Merlin Press, 2007. p. 187-225.

GOETHE UNIVERSITÄT. Universitätsbibliothek. *Koloniales Bildarchiv. Über das Bildarchiv der Deutschen Kolonialgesellschaft*. Frankfurt: Koloniales Bildarchiv, 2018. Disponível em: <https://sammlungen.ub.uni-frankfurt.de/kolonialesbildarchiv>. Acesso em: 10 fev. 2024.

GORDON, Robert. The rise of the bushman penis: germans, genitália and genocide. *African Studies*, Johannesburg, v. 57, n. 1, p. 27-54. 1998.

HAYES, Patricia; SILVESTER, Jeremy; HARTMANN, Wolfram. Picturing the Past in Namibia: the visual archive and its energies. In: HAMILTON, C. *et.al.* (ed). *Refiguring the Archive*. Springer Netherlands, 2002. p. 103-133.

HAYES, Patricia; SILVESTER, Jeremy; HARTMANN, Wolfram. *The colonising camera: photographs in the making of Namibian history*. Cape Town: UCT Press, 2001.

HIGHT, Eleanor; SAMPSON, Gary (ed.). *Colonialist photography: imag(in)ing race and place*. London: Routledge, 2004.

JOEDEN-FORGEY, Elisa von. Race power, freedom and the democracy of terror in German racialist thought. In: KING, R.; STONE, D. (org.). *Hannah Arendt and the uses of History*. Nova Iorque: Berghahn Books, 2007.

JAEGER, Jens. Colony as Heimat? The formation of colonial identity in Germany around 1900. *German History*, [London], v. 27, n. 4, p. 467-489, 2009.

KRACHENSKI, Naiara. *As colônias alemãs perdidas na África*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

LINDQVIST, Sven. *Exterminad a todos los salvajes*. Madrid: Turner, 2021.

MATOS, Patrícia Ferraz de. A fotografia na obra de Mendes Correia (1888-1960): modos de representar, diferenciar e classificar da antropologia colonial. In: VICENTE, F. L. (org.). *O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014.

NATERMANN, Diana Miryong. On the longevity of visual colonial stereotyping and its influence on twenty-first century societal and identity debates. *Antíteses*, Londrina, v. 16, n. 31, p. 326-353, 2023.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A (longa) história da desigualdade na África do Sul. *Philia&Filia*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 118-148, 2010.

RANCIÉRE, Jacques. *O que significa estética*. Lisboa: KKYM, 2011.

RYAN, James. Fotografia Colonial. In: VICENTE, Filipa (org.). *O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014. p. 31-42.

SCHVEITZER, Ana Carolina. *Imagens do Império: mulheres africanas pelas lentes coloniais alemãs (1884-1914)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 2016.

SHEPHERD, Nick. Showing, telling, looking: intimate encounters in the making of South African Archaeology. In: VOSS, B.; CASELLA, E. (org.). *The Archaeology of Colonialism*. New York: Cambridge University Press, 2012. p. 290-302.

SHEPHERD, Nick. *The mirror in the ground: archaeology, photography and the making of a disciplinary archive*. Cape Town: Jonathan Ball Publishers, 2015.

STEINMETZ, George; HELL, Julia. The visual archive of colonialism: Germany and Namibia. *Public Culture*, Durham, v. 18, n. 1, p. 147-184, 2006.

WALLACE, Marion. *A History of Namibia*. Nova York: Columbia University Press, 2011.

WEIKART, Richard. The role of darwinism in nazi racial thought. *German Studies Review*, vol. 36, n. 3, 2013.

YOUNG, Robert. *Colonial Desire*. Londres: Routledge, 1995.

## Notas

1 Doutora em História pela UFPR. Professora adjunta do Colegiado de História na Universidade Estadual do Paraná, campus União da Vitória.

2 As fotografias analisadas aqui fazem parte do acervo fotográfico da Sociedade Colonial Alemã, disponibilizadas on-line no seguinte repositório virtual: Goethe Universität (2018).

3 A Sociedade Colonial Alemã (Deutsche Kolonialgesellschaft) foi fundada em 1887 com o objetivo de impulsionar o empreendimento colonial alemão em ultramar. Ela foi a principal instituição promotora de discursos sobre a importância e a necessidade de colônias e, dentre suas atividades, registrou-se uma importante produção de material visual que variavam entre cartazes, fotografias e pôsteres, utilizados em diversos meios de divulgação: desde a publicação de revistas da Sociedade – em particular a Deutsche Kolonialzeitung e a Kolonie und Heimat – até a utilização deste material visual em reuniões, congressos e exposições organizadas pela Sociedade.

4 Antes de ser conhecido pela definição da eugenia como um conhecimento antropológico válido cientificamente, Francis Galton foi um viajante britânico em solo africano. Entre 1850 e 1852, Galton percorreu os territórios do sul e do sudoeste africano como um explorador científico e, dessa experiência publicou seus relatos de viagens que, assim como de outros viajantes, faziam sucesso entre os leitores no continente europeu. De acordo com alguns autores, inclusive, a experiência de viagem de Galton no continente africano o ajudou em seus estudos antropométricos realizados na década de 1880 e que o tornaram conhecido como o pai da eugenia (Cunha; Carvalho, 2015).

5 A terminologia hotentote, largamente utilizada nos documentos da época, se refere à população khoisan da África Austral, notadamente as atuais Namíbia, África do Sul e Botsuana. Este termo ficou marcado na historiografia por ser uma nomenclatura que racializava tais indivíduos, sendo hoje considerada depreciativa e ofensiva, sendo utilizada apenas para referenciar o vocabulário da época colonial e não mais para nomear a sociedade khoisan.

6 Devemos lembrar que desde o início do século XX, após a Guerra dos Bôeres, o Partido Nacional da União Sul Africana, liderado pelos africânders, passou a instalar uma política cada vez mais segregacionista do ponto de vista racial com a imposição de leis que não permitiam a compra de terras pelos nativos e que proibiam as relações entre negros e brancos, até chegar no estabelecimento do regime do Apartheid em 1948 (Pereira, 2010).

7 É importante mencionar o fato de que a experiência alemã em África, de fato, foi perpetradora de um genocídio em solo colonial: o genocídio do povo herero e do povo nama durante a Guerra Colonial de 1904-1908. Para mais informações ver Gewalt (2007).